



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº ⁹⁰⁶⁶_____/2008-TCM/PA

Dispõe sobre a obrigatoriedade, a partir do exercício de 2008, da remessa ao Tribunal de Contas dos Municípios em meio magnético/óptico das informações relativas à análise desenvolvida pela 8ª Controladoria do TCM/PA.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções, na forma dos artigos 27 e 57, II e §1º da Lei Complementar nº 25, de 05 de agosto de 1994, e, art. 55, III, alínea "c", do Ato nº09 de 9 de fevereiro de 1995, e, considerando ainda:

O estabelecido no art. 2º, da Resolução nº 8.368/2006 –TCM /PA;

A premente necessidade da criação de métodos e instrumentos de agilização nas ações da fiscalização a cargo do controle externo que lhe cabe;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a obrigatoriedade da remessa pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em meio magnético/óptico das informações referentes aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO), dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), e demais informações contidas nos Anexos I e II, da presente Resolução.

Parágrafo 1º - As informações referentes ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (arts. 48, 52 e 53 da LC 101/2000), emitidas pelo Executivo Municipal, incluindo as entidades da Administração Indireta, abrangendo também o Poder Legislativo, deverão conter informações de cada bimestre/semestre, sendo encaminhadas ao TCM/PA em até 15 (quinze) dias depois de encerrado o prazo para a publicação exigida no caput do artigo 52, da Lei Complementar nº 101/2000, respeitando-se os prazos e anexos a serem preenchidos de acordo com o item I, letras "a" e "b" do artigo 1º, da **Instrução Normativa nº 01/2008**.

Parágrafo 2º - As informações referentes ao Relatório de Gestão Fiscal (arts. 54 e 55 da LC 101/2000), emitidas pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, deverão conter informações de cada quadrimestre/semestre, sendo encaminhadas ao TCM/PA, em até 30 (trinta) dias depois do término do quadrimestre/semestre correspondente, respeitando-se os anexos a serem preenchidos de acordo com o item III do artigo 2º, da **Instrução Normativa nº 01/2008**.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 2º - O prazo para a remessa do 1º, 2º e 3º bimestres ou do 1º semestre de 2008, referentes ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), em meio magnético/óptico a que se refere o §1º, do art. 1º, desta Resolução, será o dia **14 de agosto de 2008**.

Parágrafo Primeiro – Até **14 de agosto de 2008**, também deve ser remetido o 1º quadrimestre/1º semestre de 2008, referente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), em meio magnético/óptico a que se refere o § 2º, do art. 1º, desta Resolução.

Parágrafo Segundo - Ficam mantidos os demais prazos legais estabelecidos para o 4º, 5º e 6º bimestres ou 2º semestre do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), bem como para o 2º e 3º quadrimestres/2º semestre do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), do exercício de **2008**.

Parágrafo Terceiro - No que se refere ao exercício financeiro de **2007**, deverá ser encaminhado ao TCM-PA, o 6º bimestre, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o 3º quadrimestre, do Relatório de Gestão Fiscal, e demais informações, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II, em meio magnético/óptico, até **14 de agosto de 2008**.

Art. 3º - O Tribunal de Contas dos Municípios do Pará fornecerá gratuitamente ao jurisdicionados por meio óptico/magnético ou internet os arquivos para possibilitar a remessa dos documentos de que tratam os Anexos I e II, na forma exigida por esta Resolução.

Art. 4º - A Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, editará Portarias regulamentando o preenchimento do "Anexo" referido nesta Resolução, em face de possíveis alterações na legislação pertinente.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em ____ de _____ de
2008

Conselheiro Presidente Ronaldo Passarinho

Conselheira Vice-Presidente Rosa Hage

Conselheiro Aloísio Chaves



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Conselheiro Alcides Alcântara

Conselheiro José Carlos Araújo

Conselheiro Daniel Lavareda.